



Câmara Municipal de São Gotardo

Ata da 2ª (segunda) reunião ordinária da Câmara Municipal de São Gotardo realizada no dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2011 (dois mil e onze) às 19:00 (dezenove) horas, na sede da Câmara, à Praça São Sebastião, nº. 45, nesta cidade, onde se reuniram sob a Presidência do Vereador João Lúcio da Silva Neto, os senhores vereadores: Claudionor Anicésio dos Santos, Domingos Sávio Rodrigues, Divair César Rodrigues, Humberto de Alencar Garcia, José Luiz Messias Neto, Marcilon Laci Rodrigues, Mauri Ignácio de Moraes Silva e Mozar Borges da Silva. Havendo quorum legal, o sr. Presidente declara aberta a Segunda Reunião Ordinária do ano de 2011, em nome de Deus. O primeiro secretário Mozar fez a leitura da ata da última reunião. Foi passado em plenário a dispensa da leitura da Ata referente à última reunião a qual foi aprovada por unanimidade. Passou-se a leitura das correspondências: Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Convite da Secretaria Municipal da Educação; Ofícios da Prefeitura nº. 02/2011 e nº. 03/2011; Ofícios do Ministério Público nº. 075/2011, nº. 61/2011 e 44/2011; Ofícios Polícia Militar nº. 16/2011; Ofício Polícia Civil; Ofício Banco do Brasil; Ofício Creche Lar Divina Lucas nº. 151/2011; Governo do Estado de Minas Gerais. O Sr. Presidente diz referente as recomendações enviadas pelo Sr. Promotor, que serão entregues uma cópia para cada vereador e vai fixar no quadro da câmara. Em seguida foi feita a leitura de requerimentos. Requerimento: o vereador Humberto de Alencar Garcia, solicita do Executivo Municipal que seja notificado a esta Casa de Leis sempre que houver processos licitatórios com o mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Logo passou-se apresentação de Projetos. **Projeto de Lei Complementar Nº. 010/2011: institui tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do município, em conformidade com as normas gerais previstas no estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte instituído pela lei complementar federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Em seguida foi passado em votação os Projetos. **Projeto de Lei Nº. 003/2011:** fixar o valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pleno Valor (RPV) pelo Município de São Gotardo e dá outras providências. O vereador José Luiz Messias Neto cumprimenta a todos presentes, e explica que este projeto trata de pagamentos de pequeno valor, onde a pessoa que tem uma ação contra o município com o valor que atinge até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a Prefeitura pode pagá-la independente do desenrolar da ação judicial, e o vereador afirma entender que o Projeto é interessante porque evita uma série de constrangimentos e também que o município fique arrolando o processo e impedindo que a pessoa a ser beneficiada fique dependendo da decisão da ação judicial, concluindo que o objetivo desse projeto é facilitar a vida do cidadão. Feitas as considerações, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Gotardo opinam pela aprovação do referido projeto na forma que foi apresentado. O vereador Domingos Sávio Rodrigues cumprimenta a todos presentes, e afirma que o vereador José Luiz explicou bem quanto a este projeto, e que anteriormente o valor era R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), e agora está passando para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), o que vai melhorar muito para as pessoas. O Projeto de Lei nº. 03/2011 foi passado em plenário e aprovado por 8 (oito) votos. **Projeto de Lei Nº.009/2011:** autoriza assinatura de convênio, com repasse de contribuição financeira e dá outras providências. Feitas as considerações, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de**



Câmara Municipal de São Gotardo

São Gotardo opinam pela aprovação do referido projeto na forma que foi apresentado. O vereador Domingos Sávio Rodrigues, esclarece que o Projeto aprova o valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser repassado para Associação de Vila Funchal, e esse dinheiro é referente ao ano passado que ainda não havia sido passado para o Distrito. O Projeto de Lei n°. 09/2011 foi passado em plenário e aprovado por 8 (oito) votos. O Sr. Presidente concede a palavra livre. O vereador Divair César faz uso da palavra livre e diz que gostaria que antes de ser concedida a palavra livre, revisse a chance de votar o Projeto de Lei n°. 07/2011 na presente reunião, pois é um projeto que cria o PADER (Programa de Aceleração do Desenvolvimento Rural de São Gotardo), e coloca os maquinários novos que a Prefeitura adquiriu em funcionamento, e é um projeto, que segundo o vereador, deveria ser analisado com mais urgência pois as estradas rurais estão um caos. O Sr. Presidente informa intervalo de 05 (cinco) minutos, para os vereadores discutirem o assunto levantado pelo vereador Divair na sala de reunião. O vereador Humberto de Alencar Garcia afirma não concordar em voltar para a sala de reunião, pois houve reunião de estudo e foi decidido que hoje iriam definir uma outra reunião extraordinária para votar o Projeto n°. 07/2011, e o assessor jurídico disse que o referido projeto está errado, onde o projeto afirma que as contratações serão amplas e para estar correto deveriam ser contratações temporárias. O vereador Humberto afirma não ser contra o referido projeto, porém há vários funcionários efetivos sem aumento onde recebem em média R\$ 600,00 (seiscentos reais), e não acha justo contratar novos funcionários para receberem R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais); e os vereadores na sala de reunião entraram em consenso que iria ser decidido hoje uma data para a reunião extraordinária para ser resolvido e esclarecido o que ficou a desejar no projeto. O Sr. Presidente afirma que nesses 05 (cinco) minutos de reunião será para definir a data correta da reunião extraordinária. O vereador Divair pede que seja solucionado este problema, se os colegas acharem necessário apresentarem emenda, mas que resolva o mais rápido possível para que as máquinas não fiquem paradas. O vereador Humberto de Alencar diz que as máquinas estão paradas porque ainda não foram emplacadas e nenhuma maquina tem seguro, e motoristas tem sim disponíveis na prefeitura, e não há necessidade de contratar 15 (quinze) pessoas. O vereador Divair diz que nem todos os vereadores estavam na reunião de estudo, e que agora seria correto sentar os nove e dar o parecer. O Sr. Presidente declara intervalo de 05 (cinco) minutos para discutirem o referido projeto. O vereador José Luiz Messias Neto afirma que o projeto é muito interessante, pois ele traz uma sistemática de trabalho para o município, e que considera um absurdo contratarem 15 (quinze) novos funcionários, já que os funcionários efetivos da prefeitura sempre enfrentaram as máquinas velhas e usadas, agora estão sendo tirados, com a desculpa que não servem para pilotar as novas máquinas, palavras do vereador: "você, senhores operadores de máquinas, que deram sempre a vida pelo município, agora vocês estão quase que em situação de ficarem sentados no almoxarifado, é muito interessante isso não é, porque é que o Sr. Prefeito então não manda um projeto pra cá falando que vai reciclar os operadores de máquina, dizendo que vai aproveitar os operadores de máquina que são funcionários efetivos da prefeitura, que tem direito de trabalhar, e qualquer equipamento que o município tem, o que é que o Sr. Prefeito tem contra os funcionários públicos municipais efetivos? Por que ele não fala em dar aumento para o funcionário



Câmara Municipal de São Gotardo

público? Por que as pessoas contratadas tem que já começar com R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)? Será que o nome dessas pessoas já estão na cabeça de alguém? Será que já tem alguém com o dedo em cima de quem vai contratar?”. O vereador José Luiz da continuidade ao uso da palavra, afirmando que estão querendo dar a volta no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público, que não permite contratação temporária; o vereador diz que gostaria de um projeto falando os nomes dos operadores e onde irão trabalhar, recebendo salários justos e horas extras que são permitidos por lei; e diz ainda ser contra encostar as pessoas que tem direito adquirido. O vereador Claudionor Anicésio dos Santos cumprimenta a todos e afirma concordar com o vereador Humberto de Alencar, que já havia sido discutido na reunião de estudo e resolvido deixar o projeto n°. 07/2011 para a próxima reunião, para poder ser analisado com mais calma. O vereador Divair diz que não estão querendo criar 15 (quinze) cargos, e que se os efetivos desejarem receber do novo salário eles podem, ou também podem optar por ficar com o antigo de efetivo; e diz ao vereador José Luiz que se ele deseja saber os nomes, é apenas necessário que ele apresente uma emenda, pedindo um processo seletivo, e os 15 (quinze) nomes das pessoas que passarem. O vereador José Luiz diz não ser vereador a pouco tempo, e é conhecedor que depois que aprovar uma emenda nesta Casa, o projeto vai junto com a emenda para a Prefeitura, onde o Prefeito sanciona o projeto e não promulga a emenda, e fica valendo o projeto que o prefeito mandou, e a emenda tem que voltar pra câmara para que os vereadores derrubem o veto do prefeito, e diz não ter a certeza de que terá 06 (seis) vereadores para derrubar o veto do prefeito, e deve achar uma solução dentro do projeto vindo direto da prefeitura, pois qualquer emenda colocada o prefeito irá vetar. O vereador José Luiz pergunta ao Sr. Antônio, que está presente assistindo a reunião, quantos operadores de máquinas tem a prefeitura atualmente, e pergunta se eles estariam dispostos a trabalhar com as novas máquinas se houvesse um acordo com eles; o Sr. Antonio diz que estariam dispostos a trabalhar sim; em seguida o vereador José Luiz pede para que o Prefeito mande um novo projeto a esta Casa de Leis retirando a criação dos 15 (quinze) cargos, e aí sim será analisado e se for viável será aprovado. O vereador Domingos Sávio faz uso da palavra e de inicio pede que na extraordinária entre o projeto de lei do CISALP, pois falta alguns documentos da prefeitura; e quanto ao projeto de lei n°. 07/2011, ele concorda que é desnecessário a criação dos 15 (quinze) cargos, e deve apenas criar o que precisa, e que pode diminuir os cargos, pois na prefeitura não há motorista para todas as máquinas, e deve agilizar para não deixar as máquinas paradas; e no governo passado ele foi o único que defendeu os motoristas em uma reunião plenária. O vereador Divair pede que a reunião extraordinária seja marcada. O vereador Humberto acha que deve ser criado apenas 05 (cinco) cargos; e que as informações que ele tem, as máquinas que chegaram foram: 02 (dois) ou 03 (três) caminhões, 01 (uma) patrula e outra máquina de nome desconhecido pelo vereador, e só presente na reunião da câmara já tem 05 (cinco) operador; e como o vereador José Luiz disse, deveriam mandar um projeto valorizando o salário dos operadores já existentes, funcionários efetivos que já estão há muito tempo sem aumento e tem um salário muito baixo. O Sr. Presidente pergunta se desejam marcar a extraordinária. O vereador José Luiz diz que o projeto não é de regime urgente, urgentíssimo e não precisa ficar desesperado para ser aprovado. O Sr.



Câmara Municipal de São Gotardo

Presidente informa que 03 (três) vereadores; o Prefeito ou o Presidente da Câmara podem pedir reunião extraordinária. O vereador José Luiz diz que é necessário fazer um acordo com a Prefeitura para encaminharem um projeto sem a criação dos cargos e que inicie o trabalho das máquinas já com os operários efetivos, e se necessário depois fazer um projeto para fazer a contratação de novos funcionários. O vereador Humberto diz que o Projeto não tem assinatura do Prefeito no Impacto Financeiro; e já tem um tempo que o Promotor fez o TAC com o prefeito anterior e com o atual, e já deveria ter feito um concurso público, pois o Executivo já sabia que as máquinas estavam chegando. O vereador Divair pede que passe em plenário, pois tem que haver uma explicação para o povo do porque as máquinas estão paradas. O vereador Humberto diz que é só dizer ao povo que as máquinas estão paradas por incompetência da atual administração que não emplacou e nem fez seguro nas novas máquinas, e que colocam os efetivos para trabalhar em máquinas sem segurança e velhas, e quando chegam as novas querem contratar novas pessoas, e passar por cima dos efetivos. O Sr. Presidente põe em votação 03 (três) opções, 1) votar na presente reunião, 2) marcar uma extraordinária e 3) votar na próxima reunião. O vereadores optaram por votar o referido projeto na próxima reunião. O vereador Humberto de Alencar pede que a assessora jurídica da Prefeitura venha a câmara para entrar em acordo com o assessor jurídico desta Casa de Leis, para fazer as devidas correções no projeto. O vereador Domingos pede ao Sr. Presidente que envie um ofício ao Executivo Municipal requerendo que ele emplaque e faça o seguro das máquinas, pois consta no financiamento do Banco do Brasil que tem que ser feito o seguro. O vereador José Luiz pede que envie ao Executivo requerimento que faça uma reunião com os efetivos e acerte com eles a situação deles com relação a operar essas máquinas, pois ele está muito convencido que são os efetivos que vão fazer a diferença. O Sr. Presidente marca reunião para dia 15 (quinze) de março às 14:00 (quatorze horas). O vereador Humberto de Alencar Garcia comenta referente ao seu Projeto de Parcelamento do Solo que foi apresentado nesta casa e aprovado, sancionado e promulgado pela mesma; e este projeto é apenas um direito adquirido, pessoas que moram a anos no seu imóvel e não tem a escritura, e esse projeto apenas regulamenta, onde não está criando um loteamento novo. O vereador Humberto de Alencar diz que está impossível de dirigir na cidade, as ruas estão cheias de buracos, e a sinalização está precária e deixando muito a desejar, colocando em risco as pessoas; e pede a documentação da empresa que fez a sinalização de trânsito em São Gotardo, pois fizeram uso de um material de mínima qualidade, pois não tem mais sinalização nenhuma. O Sr. Presidente João Lúcio diz que deveria ser contratado um engenheiro de trânsito para refazer as faixas de pedestres; e que toda vez que dá uma chuva o sinaleiro da Avenida Nossa Senhora de Fátima dá um defeito. O vereadores Humberto e José Luiz pedem licença ao Sr. Presidente para se retirarem. O vereador Divair César diz referente a obra do bairro Alto Bela vista, que está praticamente concluída, e pede que esta Casa de Leis contrate um engenheiro para dar um parecer técnico sobre a referida obra antes que a prefeitura efetue o pagamento dela. O Sr. Presidente João Lúcio diz que a comissão de serviço público terá que ver a possibilidade da contratação de um engenheiro e valores. O Sr. Presidente agradece a presença dos Colegas e dos demais, e em nome de Deus, encerra



Câmara Municipal de São Gotardo

a Reunião. Do que para constar lavrou-se a presente ata que lida se achada de acordo vai assinada pela Mesa Diretora. (Nada mais).


JOÃO LÚCIO DA SILVA NETO
Presidente


JOSÉ LUIZ MESSIAS NETO
Vice-Presidente


MOZAR BORGES DA SILVA
Primeiro-Secretário


MAURI IGNÁCIO DE M. SILVA
Segundo-Secretário